

REFLETINDO A INTERDISCIPLINARIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PLANALTO SERRANO – LAGES/SC

REFLECTING INTERDISCIPLINARITY IN THE CONTEXT OF INCLUSIVE EDUCATION: AN EXPERIENCE REPORT IN THE ASSOCIATION OF THE VISUALLY DISABLED OF PLANALTO SERRANO – LAGES/SC

REFLEJAR LA INTERDISCIPLINARIDAD EN EL CONTEXTO DE EDUCACIÓN INCLUSIVA: UN REPORTE DE EXPERIENCIA EN LA ASOCIACIÓN DE DISCAPACITADOS VISUALES DEL PLANALTO SERRANO – LAGES/SC

Gislainy Benthien Oliveira Balduino¹

Marilza Andrade Corrêa Justino²

Luciane Weber Baia Hees³

RESUMO: Este artigo tem o propósito de refletir o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual em ambiente escolar não formal, com o relato da experiência na implantação da Sala de Estimulação Multissensorial na Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano. A pesquisa está baseada em documentos do Projeto Político Pedagógico da Associação, nos dados referentes ao Projeto Itaú Social, Fia responsável pela concessão dos recursos e fundamentado em referenciais teóricos, que contemplam a compreensão do processo educativo na perspectiva das necessidades das pessoas com deficiências, numa abordagem conceitual e na ressignificação da interdisciplinaridade.

1

Palavras-chave: Educação Especial. Deficiência Visual e Interdisciplinaridade.

ABSTRACT: The aim of this article is to reflect on the process of including people with visual impairments in a non-formal school environment, with a report on the experience of setting up the Multisensory Stimulation Room at the Planalto Serrano Association for the Visually Impaired. The research is based on documents from the Association's Pedagogical Political Project, on data from the Itaú Social Project, which is responsible for granting FIA funds, and on theoretical references that include an understanding of the educational process from the perspective of the needs of people with disabilities, a conceptual approach and the redefinition of interdisciplinarity.

Keywords: Special Education. Visual Impairment and Interdisciplinarity.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação e Administração Escolar pela Faculdade FAVENI. Graduada em Pedagogia com Complementação em Educação Especial. Professora da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e Analista Técnica do Núcleo de Gestão de Convênios da Região Serrana.

² Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU). Especialização em Gestão de Qualidade na Educação e Licenciatura em Pedagogia. Assistente Técnico Pedagógico da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e Analista Técnica do Núcleo de Gestão de Convênios da Região Serrana.

³ Doutora em Psicologia da Educação pela PUC SP na área de Formação de Professores. Mestre em Educação na área de Gestão e Políticas Públicas, especialista em Supervisão Escolar e Docência Universitária. Realizou seus estudos de pós-doutoramento na área de Gestão Educacional na Universidade de Aveiro, Portugal.

RESUMEN: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el proceso de inclusión de personas con discapacidad visual en un ambiente escolar no formal, con un relato de la experiencia de instalación de la Sala de Estimulación Multisensorial en la Asociación de Discapacitados Visuales Planalto Serrano. La investigación se basa en documentos del Proyecto Político Pedagógico de la Asociación, en datos del Proyecto Social Itaú, responsable por otorgar los fondos FIA, y en referentes teóricos que incluyen la comprensión del proceso educativo desde la perspectiva de las necesidades de las personas con discapacidad, un abordaje conceptual y la redefinición de la interdisciplinariedad.

Palabras clave: Educación Especial. Discapacidad Visual e Interdisciplinariedad.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão trata sobre as práticas educativas desenvolvidas em um espaço de educação não- formal, mais precisamente numa Associação, em que pessoas com deficiência visual, moradoras no município de Lages e áreas adjacentes, tem a oportunidade de experienciar o aprendizado numa nova dimensão, ou seja, num ambiente que acolhe a diversidade, respeita as diferenças e busca desenvolver a autonomia, amparados pelo desejo de ampliar a participação e eliminação dos muitos obstáculos, que se interpõe no processo do aprendizado.

Neste sentido, faz parte deste estudo entender a educação inclusiva no Brasil, inspirada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), como suporte ao aprendizado dos estudantes com deficiência, oferecendo-lhes uma experiência escolar que respeite suas individualidades e incentive o seu desenvolvimento, por meio da criação de ambientes em que todos os alunos possam se sentir acolhidos e valorizados, independentemente de suas características ou necessidades. Neste viés, a ideia não é apenas incluir, mas adaptar o espaço escolar para que cada aluno encontre oportunidades reais de aprendizado e crescimento, seja qual for sua condição. Compromisso, que exige uma abordagem pedagógica que vai para além do ensino tradicional, envolvendo práticas que respeitem a diversidade e garantam o acesso de todos, ao aprendizado em condições dignas.

Para os alunos com deficiência visual, o processo de aprender traz particularidades que vão além do conteúdo, é também uma questão de explorar o mundo de outras maneiras. Esses estudantes dependem de recursos que ampliem suas possibilidades de compreensão, como o uso do braile, leitores de tela e tecnologias que permitam uma maior interação com o conhecimento. Porém, esses recursos só são eficazes quando acompanhados de práticas que acolham e respeitem o estudante em sua totalidade. A interdisciplinaridade, emerge como uma resposta sensível a essa necessidade, permitindo que diferentes áreas do saber se entrelacem para criar uma educação que reconheça cada aluno como um ser único. Nessa perspectiva, o aprendizado se torna mais próximo, humano e acolhedor, oferecendo não só informações, mas

também um espaço de integração e pertencimento (FAZENDA, 2008).

Exemplos práticos desse acolhimento inclusivo podem ser observados em iniciativas como a da Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano (ADEVIPS), localizada em Lages, com a criação da Sala de Estímulos Multissensoriais.

Suas práticas pedagógicas ilustram a importância da organização de ambientes que vão além da sala de aula tradicional. Ali, cada experiência sensorial seja um toque, um som, uma textura é utilizada para promover um aprendizado mais profundo, que desperta nos alunos curiosidade e confiança. Nesse ambiente, a interdisciplinaridade se traduz em uma prática viva, onde profissionais de diferentes áreas colaboram para atender de maneira integral às necessidades dos estudantes. É uma educação que se constrói a partir de laços, que reconhece e valoriza cada aluno em sua singularidade.

A inclusão de alunos com deficiência visual nos ensina que a verdadeira educação não é apenas uma questão de conteúdo, mas de criar espaços onde todos possam se sentir pertencentes. O aprendizado ganha nova dimensão quando os estudantes, além de aprenderem, são respeitados em sua essência e incentivados a explorar suas potencialidades. Este trabalho busca, portanto, explorar e refletir sobre práticas pedagógicas que respeitam a unicidade de cada indivíduo, evidenciando como uma abordagem inclusiva pode transformar o ambiente escolar em um lugar onde todos, sem exceção, têm a oportunidade de serem plenamente acolhidos e reconhecidos.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, desenvolvida na modalidade de relato de experiência. A investigação foi realizada na Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano - ADEVIPS, localizada no município de Lages, Santa Catarina, instituição que atua no atendimento educacional, social e inclusivo de pessoas com deficiência visual. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e relações humanas, permitindo uma análise aprofundada dos processos sociais e educacionais.

A construção do estudo teve como base a análise de documentos institucionais, especialmente o Projeto Político-Pedagógico - PPP da ADEVIPS e os relatórios vinculados ao Projeto Itaú Social/Fundo para a Infância e Adolescência - FIA, responsável pelo financiamento da implantação da Sala de Estimulação Multissensorial. Segundo Gil (2022), a análise documental constitui importante estratégia de pesquisa, pois permite examinar

registros institucionais e compreender aspectos históricos, organizacionais e pedagógicos de determinada realidade. Esses documentos permitiram compreender a organização das ações pedagógicas, os objetivos do projeto e os recursos disponibilizados para o atendimento dos usuários.

Além da análise documental, foram consideradas as experiências e observações das práticas educativas desenvolvidas no cotidiano da instituição. A atenção esteve voltada às ações realizadas pela equipe multiprofissional e às estratégias utilizadas para promover a inclusão, a autonomia e o desenvolvimento das pessoas com deficiência visual.

A interpretação dos dados ocorreu de forma qualitativa, buscando identificar as contribuições da interdisciplinaridade e da estimulação multissensorial para o processo educativo. A análise concentrou-se na integração entre os diferentes profissionais envolvidos no atendimento e nas práticas pedagógicas que favorecem a aprendizagem, a participação social e o fortalecimento da autonomia dos usuários atendidos pela instituição.

No que se refere aos aspectos éticos, foram respeitados os princípios de confidencialidade e preservação institucional. Por tratar-se de um relato de experiência fundamentado em documentos institucionais e observações das práticas desenvolvidas pela entidade, sem identificação individual dos participantes, foram assegurados o anonimato e a

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Educação especial e deficiência visual

No Brasil a educação especial conforme estabelecido pela Política de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, tem como objetivo a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (2008). Se caracteriza como uma modalidade de ensino, sendo oferecida tanto em ambientes institucionalizados, quanto em ambientes especializados e propõe uma nova abordagem teórica e prática do ensino especial.

Seus fundamentos tem por base os princípios de inclusão, acessibilidade e respeito à diversidade e, demandam a utilização de um conjunto de estratégias pedagógicas, recursos e adaptações, com o objetivo de garantir que as pessoas que possuem alguma deficiência, tenham acesso equitativo ao processo de ensino-aprendizagem, independentemente de suas condições, características ou habilidades.

Diante destas variáveis, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica reforçam a necessidade da formação adequada dos professores para o atendimento aos alunos com deficiências. Assim, o professor especializado em educação especial e o professor da sala regular devem trabalhar de forma articulada, para garantir que o currículo seja acessível e significativo para todos os estudantes, promovendo a autonomia e a participação ativa dos alunos com deficiência no ambiente escolar.

Quando nos referimos aos alunos com deficiência visual, a política de inclusão indica a necessidade do uso de recursos especiais para que os mesmos tenham acesso ao currículo, bem como a elaboração de práticas pedagógicas diferenciadas, que proporcionem a equidade, garantam o acesso ao conhecimento em igualdade de condições e promovam o desenvolvimentos pleno, que lhes é de direito.

Dentre os vários tipos de deficiência, a deficiência visual, objeto desta reflexão, potencializa chances de aprendizado abaixo do nível adequado, resultando em problemas de desenvolvimento cognitivo, emocional, motor, social e de linguagem, exigindo diferentes abordagens educacionais.

Nesta linha, a autora Fazenda (2008, p.22) retoma o entendimento de interdisciplinaridade a partir do conceito de interação:

Com isso retomamos novamente a necessidade de condições humanas diferenciadas no processo de interação que faça com que saberes de professores numa harmonia desejada integrem-se aos saberes dos alunos. Isso requer um outro tipo de profissional com novas características. (...).

Neste contexto o atendimento educacional especializado (AEE) é um componente fundamental da política de inclusão, sendo ofertado preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais. Essas salas, presentes em escolas regulares, contam com materiais e recursos didáticos adaptados, como braile, livros em áudio, softwares de ampliação de tela, entre outros.

Por sua vez, uso de tecnologias assistivas possuem um papel importante na interação entre professores e estudantes com deficiência visual. Essas tecnologias a exemplo, dos leitores de tela, máquinas de escrever em braile e dispositivos de leitura tátil, possibilitam aos alunos o acesso as informações de maneira autônoma e participação ativa nas atividades escolares.

Outro ponto fundamental é a adaptação dos materiais pedagógicos. Os livros didáticos, por exemplo, devem ser transcritos para o sistema braile ou disponibilizados em formatos acessíveis, como o áudio ou a impressão ampliada. O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) tem sido um dos instrumentos que asseguram a oferta desses materiais para alunos com deficiência visual.

A inclusão de estudantes com deficiência visual requer, ainda, ações para a eliminação

de barreiras físicas e estruturais que dificultam o deslocamento seguro das pessoas, bem como barreiras atitudinais, que impedem ou limitam sua participação em igualdade de condições e oportunidades. Devido a isto, o ambiente escolar deve ser acessível em termos físicos, com sinalizações táteis e em braile, e deve promover uma cultura de respeito à diversidade.

Nesse sentido a sensibilização de toda a comunidade escolar é essencial, para garantir que a inclusão ocorra de forma efetiva. As diretrizes brasileiras para a educação especial reforçam o compromisso com uma educação inclusiva, na qual a deficiência visual não seja um obstáculo para o aprendizado, mas um elemento considerado na organização do espaço escolar e nas práticas pedagógicas.

Assim, para compor este suporte didático pedagógico é fundamental compreender as metodologias mais adequadas, voltadas para a criação de um ambiente que atenda a essas diferentes necessidades, considerando as características de uma visão reduzida, até a cegueira completa. Desta forma FAZENDA aponta que: “Na interdisciplinaridade escolar, as noções, finalidades habilidades e técnicas visam favorecer sobretudo o processo de aprendizagem, respeitando os saberes dos alunos e sua integração” (2008, p.21).

Os principais aspectos desse atendimento global, em uma instituição que tem como proposta permitir o aprendizado para além da escola, incluem novas estratégias, metodologias e ferramentas, os quais serão abordados a seguir:

O Braile é o sistema de leitura e escrita tátil utilizado por pessoas cegas, fundamental para o acesso aos materiais didáticos e à alfabetização. O qual tem como função de ampliação gradativamente de suas possibilidades de comunicação e expressão; familiarizando com a escrita por meio do manuseio de livros transcritos em Braile. Além disso, são desenvolvidas as atividades de coordenação motora fina, lateralidade, jogos para ativação da memória e redação.

Já o Sorobã melhora a concentração, memorização, sobretudo para números, com objetivo de desenvolver no aluno a observação mais atenta, a realização de cálculos matemáticos, com a utilização do instrumento.

Outros dispositivos utilizados pelos deficientes visuais, são as Tecnologias Assistivas. Estas servem como leitores de tela, ampliadores e softwares especializados que ajudam na participação das atividades educacionais. Auxiliando também nas atividades de digitação no Word, Windows, sendo um apoio do aprendizado de programas de computador que são direcionados aos deficientes visuais e de baixa visão como DOSVOX, DigitaVox e NVDA.

Outra modalidade oferecido aos alunos são as práticas desportivas. Com o objetivo de

despertar o gosto e interesse pelas modalidades, ainda desenvolve a coordenação, a realização dos movimentos básicos das modalidades esportivas e também aprimora a força, agilidade, velocidade e resistência dos educandos. Trabalha o equilíbrio, reflexos, ritmos e atenção, valorizando o espírito competitivo e coletivo, e oferece aos alunos, o estudo sobre as diferentes modalidades e as regras esportivas. O treinamento é importante para, manter e melhorar a capacidade pulmonar e muscular, propiciando alegria, interação, descontração, autoestima, auto realização e criatividade.

Além de todas essas possibilidades é importante salientar que todas as atividades, provas e materiais didáticos, são adaptados e visam garantir a participação efetiva dos alunos e o entendimento dos conteúdos.

Assim a Orientação e Mobilidade proporciona, ao deficiente visual autonomia na locomoção, autoconfiança, aumento da autoestima e independência, dando a esse grupo de pessoas o direito de ir e vir, elementos esses que são fundamentais para a integração social, contudo o professor habilitado para essa função o auxilia no manuseio da bengala, ensinando-o a posição adequada para usá-la, ajudando-os a se locomover com mais facilidade.

Pensando também nesta autonomia, as atividades da vida autônoma proporciona aos alunos a oportunidade no desenvolvimento, de forma independente, do seu auto cuidado e demais tarefas no ambiente doméstico, promovendo seu bem-estar social na escola e na comunidade. É uma condição para a autoconfiança e a independência da pessoa cega e/ou com baixa visão.

Conclui-se então, que todas essas oportunidades, favorecem e incluem os alunos, que a educação especial para pessoas com deficiência visual envolve a personalização do ensino e o uso de estratégias, que atendam às necessidades individuais e promovam a independência e a participação plena com intuito que estes educandos possam sentir-se inseridos na sociedade, e acima de tudo, estejam aptos para estudar em escolas regulares e ambientes educacionais comuns.

Políticas Públicas e a importância da estimulação multissensorial

O papel fundamental na organização de qualquer sociedade contemporânea parte da organização social e política. Neste sentido, as políticas públicas vem ao encontro destes anseios onde reflete de forma significativa as necessidades e prioridades de uma nação. Em uma reflexão mais intensa é necessário compreender e explorar como a implantação das políticas públicas interferem diretamente a vida das pessoas e em especial no campo das ações

governamentais.

Neste sentido, a formulação de políticas públicas, constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos em programas e ações, com a finalidade de produzir resultados ou efeitos na realidade presente da população, caracterizando-se como o campo do conhecimento, que o coloca como propositor de ações, ao mesmo tempo em que realiza a análise destas mesmas ações, compreendendo-as como um todo. Corroborando com esta análise SOUZA (2008, p.26) entende:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Na educação especial, as políticas públicas têm como objetivo, entre outros, garantir o acesso e a inclusão dos alunos com necessidades especiais à educação de qualidade, assegurando adaptações curriculares e recursos adequados, além disso, promove a formação continuada dos professores, preparando-os para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, na perspectiva do atendimento as necessidades de cada educando.

Ressalta-se a importância das políticas públicas, como diretriz pedagógica e de destinação de recursos, para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Esses direitos estão instituídos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 de 6 julho de 2015. Neste sentido o artigo 27 e 28 apontam que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

Nesta análise, fica evidente que a legislação prevê e assegura as pessoas com deficiência, mecanismos que venham incluir e também garantir o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção destas pessoas na sociedade. Assim, a Associação dos Deficientes Visuais – ADEVIPS, do município de Lages, criou a Sala de Estímulos Multissensoriais, com objetivo de qualificação ao atendimento de crianças e adolescentes com deficiência visual, baixa visão e com outras alterações. A promoção de ações para aprimoramento das sensações, ativar os sentidos e aumentar as habilidades no processamento

das informações e respostas no decorrer das atividades trabalhadas, constituindo-se como um projeto amparado por esses direitos e que para sua continuidade depende em muito de programas voltados.

Inicialmente a implantação da Sala de Estímulos Multissensoriais ocorreu com a adesão da instituição ao Programa do ITAÚ Social através do FIA do CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como público-alvo crianças e adolescentes de 0 à 18 anos incompletos, proporcionando atendimento, estimulação, condições para seu desenvolvimento, a e garantia da defesa, proteção e promoção dos direitos desses sujeitos.

As atividades executadas de estimulação se deu com atendimentos individualizados e em grupo e também a domicílio pela equipe técnica para suprir suas demandas espontâneas e/ou serem encaminhados para os serviços nas demais políticas públicas do município. A finalidade desse projeto é oferecer ferramentas para superar os desafios enfrentados nessa área, já que a ausência da visão traz consigo perda aos estímulos necessários para o desenvolvimento dos reflexos que surgem voluntariamente suscitando à acomodação, a terapia visual fornece incentivo adequado para ativar a visão residual e estimular outros sentidos.

O Contexto Local: Associação dos Deficientes Visuais de Lages

A Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano (ADEVIPS) exerce uma papel fundamental na inclusão de pessoas com deficiência visual na região do Planalto Serrano em Lages. Foi fundada em 19 de setembro de 1996, tem como finalidade oferecer a este grupo de pessoas atendimentos que permitam acesso e inclusão na sociedade. É uma organização sem fins lucrativos. Tem como premissa o atendimento de caráter sócioassistencial, cultural, esportivo e que busca promover o bem estar humano e melhoria nas condições sociais.

Nesta linha, a ADEVIPS atende aproximadamente 73 usuários. Este com faixa etária de 06 a 72 anos de idade e para o atendimento deste educandos conta com 23 profissionais das mais diversas áreas como: professores das licenciaturas, fisioterapeuta, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, psicólogos, professores de Braille, Sorobã, informática, orientação e mobilidade, atividade de vida autônoma os quais oferecem aos alunos atividade que venham a aliar teoria e prática voltados para a vida em sociedade.

De acordo com a teoria sócio histórico cultural de Vygotsky, a origem das mudanças que ocorrem no homem, ao longo do seu desenvolvimento, está vinculada às interações entre o sujeito e a sociedade, a cultura e a sua história de vida, além das oportunidades e situações de

aprendizagem. Vygotsky afirma: “Para o desenvolvimento do indivíduo, as interações com os outros são, além de necessárias, fundamentais, visto que esses são portadores de mensagens da própria cultura.”(2002, p. 143).

Neste sentido, busca-se nesta concepção subsídios para orientar a nossa prática, porque a partir dessa concepção supera-se tanto o sujeito passivo da educação tradicional, quanto o sujeito ativo da educação nova, em direção ao sujeito interativo. Sendo assim o educador tem resgatado seu papel substancial, investigatório, pois não fica na posição de esperar o educando amadurecer, mas, pode auxiliá-lo através de mediações significativas.

A entidade tem como função social garantir aos seus associados acesso ao saber construído e acumulado historicamente pela humanidade compreendendo, interpretando e intervindo na realidade, de forma consciente, sendo assim, pensamos estar contribuindo para a concretização da inclusão dos indivíduos na sociedade, sendo este nosso maior desejo. O cumprimento da função social, além de garantir o acesso à escola do ensino regular deve garantir a permanência e condições adequadas para a apropriação de conhecimentos e habilidades a todos os sujeitos cegos e baixa visão.

Define-se por inclusão a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com deficiência buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania. Com essas definições pode-se observar que em algumas escolas está acontecendo o processo de integração (inserção da Pessoa com deficiência, preparada para conviver na sociedade). Escolas ainda afirmam não estarem preparadas para trabalhar com alunos deficientes visuais. No entanto percebe-se uma crescente prática de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas nos últimos anos.

Sabe-se que nenhuma medida de política educacional, nem decreto ou norma poderá reverter à expectativa, por vezes, negativa da escola e dos professores diante de alunos com alguma deficiência, enquanto não se formar pessoas capazes de proporcionarem aos seus alunos a construção do sucesso e provarem que são capazes de aprender, desde que lhes sejam oferecidos recursos e meios adequados às suas necessidades.

Assim sendo, a inclusão dos alunos com deficiência no sistema comum de ensino é o novo paradigma no marco conceitual e ideológico na perspectiva dos direitos humanos que deve envolver políticas, programas, serviços sociais e outros. Esses serviços deverão ser organizados, planejados, desenvolvidos ou adaptados de modo a garantir, a inclusão, o desenvolvimento pleno, livre e independente, bem como o acesso igualitário, o respeito às diferenças, capacidades e necessidades de cada pessoa.

O trabalho tem papel fundamental no processo de inclusão da pessoa com deficiência

visual na sociedade, porque o trabalho se constitui a essência do ser humano, uma vez que possibilita a sobrevivência dos homens através da transformação da natureza, no processo de aquisição dos meios de subsistência. Para Vygotsky (1997, p.73) “o que marca o homem como uma espécie diferenciada é a formação da sociedade humana com base no trabalho. É o trabalho que, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e a história humana.”

Os profissionais comprometidos com esse novo paradigma devem buscar alternativas de trabalho que correspondam as suas necessidades, respeitando estilos e ritmos de aprendizagem. Sendo assim, faz-se necessário à implementação de uma Política de Educação Especial que assegure uma educação para todos de qualidade, onde o atendimento à diversidade seja efetivamente realizado com o estabelecimento de práticas educacionais emancipatórias, com currículos e recursos apropriados.

Interdisciplinaridade na Implementação e Uso da Sala multissensorial

Neste capítulo, aborda-se a interdisciplinaridade como um caminho possível na implementação da sala multissensorial voltada para os alunos inseridos na Associação dos Deficientes Visuais. Para tal, a conceituação sobre a interdisciplinaridade e sua relevância precisa ser pontuada e observada. Assim, traz-se essa confluência sobre a interdisciplinaridade, as diferentes disciplinas que compõem a sala multissensorial, bem como os desafios e as oportunidades desta prática para o desenvolvimento dos alunos com deficiência visual

11

Interdisciplinaridade: conceitos e relevância para a instituição

Nos dias atuais, é notório que vivemos tempos onde os saberes precisam estar alicerçados e entrelaçados, como um mecanismo de suporte para o enfrentamento dos problemas e do mundo complexo em que vivemos. Neste viés é necessário oportunizar aos educandos subsídios que promovam o desenvolvimento crítico e reflexivo. Assim, ao abordarmos a interdisciplinaridade, estamos articulando diferentes saberes com intuito de falar sobre a capacidade de unir diferentes saberes para lidar com os desafios ainda mais complexo.

Neste entendimento TEIXEIRA (2008, p. 5) aponta que “a interdisciplinaridade não é modismo da globalização, é um enfrentamento do momento atual que exige dos cientistas e professores conexões e diálogos mais complexos, no entendimento da totalidade”. Assim, pensar a interdisciplinaridade, é inevitavelmente essencial e latente para todas as pessoas, pois

esse conhecimento interligado nos auxilia na luta dos desafios que a sociedade atual apresenta. Ainda nesta linha, os autores COSTA; GONÇALVES, 2021, p.123 indicam que, “na cultura de hoje, a interdisciplinaridade é um pré-requisito fundamental para o ensino e a pesquisa”.

Ora, se pensarmos a interdisciplinaridade como ferramenta, é notório que no campo da educação, ela nos permite conectar diferentes áreas do conhecimento. Segundo COSTA; GONÇALVES (2021, p. 123)

A interdisciplinaridade é uma noção que visa reunir os conteúdos de duas ou mais disciplinas para que os alunos possam aprofundar a compreensão destes tópicos. A prática interdisciplinar visa romper com os padrões tradicionais que promovem a produção fragmentada de conhecimento, destacando semelhanças e incentivando o estudo crítico de diversas abordagens sobre o mesmo assunto.

Nesta ótica, se faz necessário que o aluno venha a refletir e vivenciar diversos conhecimentos, afim de oportunizar uma base mais sólida com intuito de progredir em sua formação. Neste trabalho em especial, volta-se o olhar para os alunos com deficiência visual. Cabe aos professores, serem os articuladores nesse processo de desenvolvimento cognitivo e amplo dos saberes. Assim, para esta reflexão ARANHA de Souza et al. (2022, p. 8) faz a seguinte abordagem:

Nesse sentido, o professor não é mero espectador do currículo, ele é ator protagonista nesta trama, por isso deve refletir também sobre como age e sob quais aspectos sua prática está alicerçada. Seu papel é fundamental no processo de aprendizagem, no entanto, não mais como aquele que detém o poder do conhecimento, mas como mediador, aquele que ajuda o aluno a se guiar durante o processo de aprendizagem.

O educador tem o papel essencial neste processo. Não como mero transmissor e repassador de conteúdos e conceitos, mas de fato, o articulador de ideias, o qual guia seus alunos a vislumbrar novas descobertas. Neste ritmo é importante que este professor traga propostas que venham a enriquecer e a propiciar aos educandos experiências mais satisfatórias para explorar o mundo com mais segurança. Estamos falando aqui, dos alunos que estão inseridos da ADEVIPS, alunos que precisam estar aptos para enfrentar os desafios sociais.

Neste sentido, a ADEVIPS possibilita, semanalmente, uma formação continuada por meio de estudos de caso. Esses momentos são fundamentais, pois cada profissional realiza a troca de informações e orientações sobre as situações específicas de cada aluno, para que o professor encontre caminhos para o desenvolvimento deste educando.

Contribuições das Diferentes Disciplinas

As contribuições referentes a interdisciplinaridade promovem a uma troca da várias disciplinas que estão inseridas na ADEVIPS. Essa confluências dos conteúdos permite com

que o alunos com deficiência visual possa vivenciar na prática a interação individual e uma melhor interação social. Assim, a proposição de um trabalho multidisciplinar com a equipe psicossocial e pedagógica através de visitas técnicas às escolas municipais para analisar as condições de acessibilidade e identificar possíveis barreiras para estudantes com deficiência visual, verificando as necessidades e objetivos específicos dos professores e profissionais do ensino regular dos alunos em comum, bem como, articulações a fim de identificar demandas no contexto escolar, familiar e social de acordo com a especificidade de cada aluno.

Além da interdisciplinaridade a ADEVIPS promove oficinas com calendário e temática específica elaborado previamente de acordo com as atividades ofertadas pelos professores na instituição, promovendo um encontro mensal regular nas sextas-feiras. Ofertando rodas de conversa e apresentações sobre conceitos teóricos essenciais, além de orientações práticas para a adaptação de materiais didáticos, organização de ambiente e uso de tecnologia assistiva. Proporcionando um espaço para a coordenação da educação especial, professores de apoio e dos AEE's dos alunos participantes da referida parceria.

Nas oficinas de informática a disciplina é adaptada e acessível para a utilização de recursos visuais que propicie a inclusão da pessoa com deficiência para que esta tenha uma melhor qualidade de vida. Por meio do Sorobã, as atividades de cálculos matemáticos, onde são realizadas contas com rapidez e perfeição, buscando alcançar o resultado sem desperdícios. Ele ajuda a desenvolver a concentração, atenção, memorização, percepção, coordenação motora e cálculo mental, principalmente porque o praticante é o responsável pelos cálculos, não o instrumento.

Treinamento esportivo ou para desportivo para despertar o interesse e o gosto pelas modalidades esportivas, criando o espírito competitivo e coletivo. As Atividades de vida autônoma (AVA), tem por finalidade trabalhar atividades práticas que contribuirão para a sua independência, autonomia, autocuidado e autoconfiança para desempenhar suas atividades diárias. A Orientação Mobilidade tem por finalidade proporcionar ao deficiente visual (cego ou baixa visão) o desenvolvimento das habilidades para uma autonomia na locomoção, autoconfiança e independência através de técnicas com a bengala.

O Braille desenvolve nos educandos com baixa visão e cegueira, a autonomia e independência ressaltando suas potencialidades visuais, fortalecendo a autoestima através das interações bem como ampliar a sua capacidade funcional da visão para melhor execução de tarefas. Estimulação Visual e Multissensorial por meio de atividades adaptadas: para estimular

os sentidos: resíduos visuais, tato, olfato, paladar, audição. Educação Física adaptada trabalha a expressão corporal, a lateralidade, equilíbrio, atenção e coordenação motora.

Nas oficinas de Arte, é relacionar a formação social com os processos criativos e analisar a importância da produção visual para o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual. Visa também analisar como o processo de criação se encontra presente nas diversas áreas da vida humana: do autoconhecimento às formas de educação; de instrumento para apreensão e leitura do mundo à formação integral da pessoa e como a mente humana deficiente ou não se desenvolve no processo de criação a fim de apontar formas diferentes de desenvolvimento e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ADEVIPS oferece a seus associados uma abordagem que ilustra e integra os estudantes com deficiência visual, deste modo requer a interdisciplinaridade e a conscientização de toda a comunidade educativa. Desta forma, são necessários espaços que promovam de forma significativa estímulos sensoriais e cognitivos para seus alunos. Ficou assim evidente, que com a criação da Sala de Estímulos Multissensoriais essas aprendizagens não só melhoraram a vida das pessoas com deficiência visual como também se estimulou a reflexão sobre a relevância da acessibilidade e da valorização da diversidade.

14

As abordagens interdisciplinares utilizadas foram fundamentais para facilitar um aprendizado mais coeso e produtivo, possibilitando que os estudantes se envolvam com o conhecimento de maneira mais ativa e relevante. Neste entendimento é visível e palpável como este processo de entrelaçar entre as disciplinas promovem o desenvolvimento e a inclusão dos alunos, sendo considerado sempre a singularidade e o cognitivo de cada estudante.

Se percebe ainda, que com todo este aparato, as possibilidades de avanço são realmente promissoras e ainda criam oportunidades para novas ações que busquem expandir o acesso e garantir a permanência de alunos com deficiência na educação. Entretanto, precisa-se ainda levar em conta os desafios a serem superados no que permeia a capacitação e suporte aos educadores, como também a adaptação das instalações escolares.

Enfim, persiste a necessidade de iniciativas de políticas públicas que assegurem a inclusão e o padrão de ensino, favorecendo a autonomia e a cidadania de estudantes com deficiência visual. A persistência das atividades da ADEVIPS e a expansão da Sala de

Estímulos Multissensoriais podem atuar como referência para outras organizações que almejam uma inclusão real em suas abordagens educacionais.

REFERÊNCIAS

ADEVIPS. (2023). Plano Político Pedagógico da Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano. Lages, SC.

ALMEIDA, J. Inclusão digital e a autonomia de pessoas com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, 2019.

ARANHA de Souza, Mariana, APARECIDA Dias Salgado, Priscila, DEAR de Oliveira Chamon, EDNA Maria, ARANTES Fazenda Ivani Catarina. Práticas interdisciplinares e pedagógicas: ou que dizem os professores. *Revista Portuguesa de Educação* [online]. 2022, 35(1), 4-25[date da Consulta 14 de outubro de 2024]. ISSN: 0871-9187. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id>

Brasil. (1989). Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e dá outras providências.

COSTA, Danilo da; GONÇALVES, João Carlos. Sobre a interdisciplinaridade como conceito. *Revista Coleta Científica*, v. 5, n. 9, jan.-jun. 2021. ISSN 2763-6496. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5196789>. Data de submissão: 12 jan. 2021. Data de aceite: 13 ago. 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SANTOS, M. O papel do esporte na inclusão social. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2020.

SILVA, R. A. Autonomia e cidadania: a importância da orientação e mobilidade. *Caderno de Educação Inclusiva*, 2018

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. London School of Economics and Political Science, United Kingdom; Universidade Federal da Bahia, Brazil. Datas de Publicação 07 Jan 2008 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQh/c4jm/?for>. Acesso em: 08 out. 2024.

TEIXEIRA, Renato Araújo. Resenha crítica de JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Org.). *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2008. TERCEIRO INCLUÍDO. NUPEAT-IESA-UFG, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013, p. 144-149. Resenha 4 acessado em 14 de outubro de 2024.

Vigotski, Lev. *A Criança Cega*. Avana: Editorial Pueblo y Educación, 1997

